

Paquidermes estatais

DRAUZIO VARELLA

Pedi demissão do serviço público. Fncerrei uma curta carreira de dois anos, dirigindo um serviço de câncer num hospital do Inamps, hoje administrado pelo Suds do Estado de São Paulo.

Como todo mundo, sempre achei lógico o Estado ter hospitais próprios para atender à população. Levei dois anos para ter coragem de admitir que **nem mesmo hospitais devem ser administrados pelo governo.**

Didaticamente, as seguintes razões me levaram a essa conclusão:

1. Embora longe do ideal, o dinheiro investido nos hospitais públicos seria suficiente para uma assistência médica bastante razoável. Isto só não ocorre devido ao absurdo desperdício de recursos.

Desperdiça-se, porque ninguém se considera responsável por nada. Tudo é de propriedade do Estado, estrutura distante e abstrata. E, principalmente desperdiça-se por incompetência. Por exemplo: pode haver fatura de uma droga anticâncer que custa perto de Cr\$ 10 mil e faltar água destilada para diluí-la; pode ser mais rápido conseguir uma tomografia computadorizada do que um hemograma, o mais banal dos exames de sangue.

2. Ninguém sabe quanto dinheiro existe para ser gasto. Ninguém mesmo, nem o diretor. Não existe uma verba mensal ou anual para ser administrada: as contas são pagas pelo escritório regional do Suds.

Aí, o Chico pedreiro cai do andaime e esfaca a cabeça do fêmur. Vai parar num leito, com uns pesos amarrados na perna para fazer tração, à espera de uma prótese que custa, por exemplo, Cr\$ 700 mil. O pedido vai parar na mão do diretor, que fica diante da seguinte situação: se negar, o Chico, pai de quatro filhos pequenos, nunca mais vai andar; se autorizar, pode ser que haja verba disponível, ou não. Pode ser que falte dinheiro para pagar o açougue e os doentes fiquem sem carne, ou pode ser que o escritório regional simplesmente dê o cano na firma que fornecer a prótese. Aí, coitado do próximo que cair do andaime, é capaz de passar de 30 a 40 dias deitado, com os pesos pendurados, aguardando uma prótese que nem Deus sabe quando chegará.

3. O índice de absenteísmo é espantoso. No meu hospital é de 35%. Todos os dias, para cada cem funcionários escalados, 35 simplesmente não aparecem.

Interessante é que a maior parte das faltas ocorre absolutamente dentro da lei. É um verdadeiro festival de atestados médicos, licenças para cuidar da saúde própria ou dos familiares e um mundo de outras justificativas, para as quais sempre existe amparo na generosa legislação. Quem estuda pode faltar no dia das provas escolares. Se forem oito provas no mês, oito faltas justificadas. Se forem 15 provas, 15 faltas. O ho-

rário da troca de plantão é às 13 horas? O pessoal da manhã não fica um minuto a mais, mas o da tarde pode chegar até às 14 horas. Há um atraso consentido de uma hora.

4. É proibido demitir. A grande jogada é a estabilidade: o funcionário pode chegar bêbado, pode ser irresponsável, incompetente, vagabundo, malandro e mau-caráter, que ninguém tem autoridade para mandá-lo embora do serviço público. Podem afastá-lo ou transferi-lo; demitir, jamais.

Pode ser ladrão. Pode até ser pego em flagrante. No máximo, o que acontece é iniciar-se um interminável processo administrativo, no decorrer do qual ele fica em casa em disponibilidade, remunerada é claro, ou é transferido para outro hospital, onde vai roubar de novo. Aplicando esta técnica, há empregados públicos respondendo a processo por roubo em cinco ou seis repartições diferentes.

5. A questão salarial é surrealista. Há dois tipos de funcionários: os mais antigos recebem do governo federal, pois foram contratados pelo Inamps, e ganham relativamente bem; os mais novos, contratados pelo Suds, são pessimamente remunerados pelo governo estadual. Mais ou menos 75% são do Inamps e 25% do Suds.

Os federais ganham cerca de três vezes mais pela mesma função, por uma jornada de 30 horas semanais, contra as 40 horas dos estaduais.

Esta insana política salarial provoca trágicas distorções: uma enfermeira com diploma universitário ga-

nha pelo Suds menos do que as auxiliares de enfermagem do Inamps comandadas por ela. Pelo mesmo mecanismo, meu salário como chefe de serviço era quatro ou cinco vezes menor do que os dos colegas por mim chefiados.

6. O governo é generoso nas contratações. Curiosamente, sempre falta pessoal nas funções de atendimento direto aos doentes. No hospital onde trabalhei, há cerca de 1.500 funcionários. Embora a capacidade total seja de 480 leitos, apenas 299 estão ativados; 181 têm cama, criado-mudo, lençóis, cobertores, oxigênio na parede, suportes para soro, tudo, mas estão vazios, apesar das filas na porta. Razão alegada: falta de pessoal.

7. No sistema, os médicos são o que existe de melhor, e de pior. Muitos são competentes, trabalhando com dedicação, atendendo pessoas pobres, ignorantes, sujas e sofridas com surpreendente dedicação, para receberem Cr\$ 21 mil no final do mês, que é quanto o governo de São Paulo acha que vale o trabalho médico. A sociedade deveria ser eternamente grata a esses profissionais, que virtualmente impedem a falência total do sistema de assistência médica no Brasil. Infelizmente, ao lado destes, que dignificam a profissão, há muitos que, com a desculpa da desorganização, da falta de condições materiais e dos baixos salários, cometem todo tipo de atrocidades: faltam, assinam o ponto e dão o fora, chegam com horas de atraso, largam as pessoas em pé na fila, dão consultas-relâmpago, pedem exames desnecessários só para se livrarem dos pacientes, por descaso mantêm gente internada por longos períodos e, habilidosamente, sempre acabam

indo parar em funções burocráticas inúteis. A frase "estou bem lá, não faço nada" é, infelizmente, comum entre médicos que trabalham para o Estado.

No hospital de que pedi demissão há 305 médicos contratados, além dos residentes de primeiro e segundo ano, 200 leitos ativados e um pronto-socorro cheio de macas e de gente, como costumam ser os dos hospitais públicos. Não vamos nos iludir. Não há solução possível dentro desse sistema estatal. Que empresário é capaz de dirigir uma empresa com mais de mil funcionários que ganham salários diferentes para funções iguais, sem saber de quanto dispõe para gastar; em que há chefes que ganham menos do que seus subordinados; em que 35% dos empregados faltam todos os dias; em que se concedem licenças a torto e a direito; em que há muitos que nada fazem e poucos nas funções produtivas; em que o salário premia ou pune independentemente do valor de cada um; em que há gente que rouba; em que quase todos desperdiçam porque não se sentem responsáveis pelo patrimônio da empresa; e, especialmente, em que ninguém pode ser demitido?

Numa era em que a medicina atingiu tão alto nível de sofisticação tecnológica, e em que os melhores hospitais do mundo são gerenciados como complexas empresas de prestação de serviços, que exigem os mais ágeis métodos de administração, nós estamos aí com esses paquidermes estatais esbanjando dinheiro do povo em troca de uma qualidade de atendimento ridícula.

Drauzio Varela, médico cancerologista, é diretor científico da Fundação Saul Brandalise e do Centro de Pesquisa e Tecnologia (CPT-Objetivo)

